



REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICO-ESPACIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (2000-2017): descentralização socioeconômica e concentração socioespacial

Autores:

Humberto Miranda - CEDE/IE.UNICAMP - humbertomnascimento@gmail.com

Thais Virga - CEDE/IE.UNICAMP - thaisvirga@gmail.com

Resumo:

Nosso objetivo é discutir a reestruturação econômico-espacial da Região Metropolitana de Campinas, considerando os processos socioeconômicos vinculados às principais transformações nos padrões de uso e ocupação do solo. Analisam-se, em especial, os tipos investimentos anunciados e confirmados no período 2000-2017 nos 20 municípios da RM-Campinas, a partir dos dados divulgados pela Fundação SEADE-SP. Com base neles, contrastamos os objetivos da descentralização econômica com o sentido da concentração espacial dos investimentos. Conclui-se houve a formação de um Complexo Territorial-Setorial de maior significação para a dinâmica econômica urbana que para a dinâmica industrial na RM-Campinas.



REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICO- ESPACIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (2000- 2017)

descentralização socioeconômica e concentração socioespacial

INTRODUÇÃO

O nosso objetivo neste artigo é discutir a reestruturação econômico-espacial da Região Metropolitana de Campinas, considerando os processos socioeconômicos vinculados às principais transformações nos padrões de uso e ocupação do solo, a partir dos tipos investimentos anunciados e confirmados no período 2000-2017 nesta região. Isto nos coloca a seguinte pergunta: como pensar uma economia metropolitana que vem se diversificando e ganhando complexidade como a de Campinas?

Para situarmos o contexto regional, é preciso descrever brevemente as alterações nas regionalizações oficiais por que passou o estado de São Paulo recentemente, entre os anos de 2012 e 2016 (FUNAÇÃO SEADE, 2018). Neste período, foram criadas e/ou alteradas as composições das regiões por meio de Lei Complementar Estadual, como as Regiões Metropolitanas do Vale do Paraíba e Litoral Norte (2012), de Sorocaba (2014) e de Ribeirão Preto (2016), e a Região Administrativa de Itapeva (2014). Passaram por alterações as composições das Regiões Metropolitanas de Campinas, por meio da incorporação do município de Morungaba, em 2014, e a de Sorocaba, por meio da incorporação do município de Itapetininga, em 2016. Também foram alteradas as composições da Região Administrativa de Sorocaba e das Regiões de Governo de Avaré, Itapetininga e Itapeva, em 2014. Por fim, em 2015, foi alterada a composição da Aglomeração Urbana de Piracicaba, por meio da incorporação do município de Laranjal Paulista.

Com isso, a atual regionalização do estado de São Paulo compreende 15 Regiões Administrativas (Araçatuba, Barretos, Bauru, Campinas, Central, Franca, Itapeva, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba) e 42 Regiões de Governo, sendo que a Região de Governo de Campinas possui 22 municípios. São seis Regiões Metropolitanas (RM Baixada Santista, RM São Paulo, RM Campinas, RM Vale do Paraíba e Litoral Norte, RM Sorocaba e RM Ribeirão Preto), duas Aglomerações Urbanas (AU Jundiaí e AU Piracicaba), uma Unidade Regional (UR Bragantina) e

645 municípios em todo o estado, conforme informações disponíveis na Fundação SEADE.

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi institucionalizada pela Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de junho de 2000, e teve sua composição alterada recentemente pela Lei Complementar Estadual nº 1.234, de 13 de março de 2014, aumentando de 19 para 20 municípios, como dissemos acima, com a incorporação de Morungaba. Compõem a RMC os seguintes municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo (Figura 1). A RMC, enquanto unidade metropolitana, também será chamada de região.



Figura 1 – Região Metropolitana de Campinas (RMC)

Fonte: EMPLASA, Lei Complementar nº 1.234, de 13 de março de 2014.

Esta unidade metropolitana passou a ocupar uma área de 3.798 km² e a contar com uma população de 3.094.181 habitantes, tendo uma densidade demográfica de 814,73 hab/km² e um PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 173 bilhões, equivalente a 8,9% do PIB estadual em 2015, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em termos de PIB per capita, com um valor de R\$ 17,3 mil em 2002 e de R\$ 55,9 mil em 2015, a RMC manteve ao longo do período uma média superior e estável em relação ao estado (ESP). Na mesma base comparativa, o PIB per capita do estado de São Paulo passou de R\$ 13,7 mil para R\$ 43,7 mil, conforme dados da Tabela 1.



Dada sua importância econômica, importa ressaltar que, dentre os núcleos urbanos brasileiros classificados pelo IBGE como Capital Regional A, o município de Campinas é o único núcleo metropolitano brasileiro que não é capital estadual, cf. REGIC - Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2007). Com área de 795,7 km² e população de 1,081 milhão de habitantes (1/3 da RMC) em 2010, a “metrópole do interior”, como ficou conhecida, foi a principal beneficiária do processo de desconcentração industrial paulista, assumindo tarefas importantes juntamente com a capital do estado e, mais que isso, modificando o padrão de ocupação espacial.

Tabela 1 – PIB do Brasil e das unidades territoriais do Estado de São Paulo, 2002-2015 (Valores correntes em R\$ mil)

Unidade Territorial	Nº de Municípios	PIB 2015			Per capita (em R\$)
		Total (R\$ mil)	% Estado	% Brasil	
RM São Paulo	39	1.056.948.121	54,5	17,6	50.114
RM Baixada Santista	9	60.407.350	3,1	1	33.606
RM Campinas	20	173.002.359	8,9	2,9	55.912
RM VPLN	39	102.603.526	5,3	1,7	41.821
RM Sorocaba	27	78.181.539	4	1,3	41.408
AU Jundiá	7	65.934.222	3,4	1,1	85.481
AU Piracicaba	23	61.696.724	3,2	1	42.842
UR Bragantina	10	12.171.410	0,6	0,2	29.333
RM Ribeirão Preto	34	55.122.858	2,8	0,9	33.489
Estado de São Paulo (ESP)	645	1.939.890.056	-	32,4	43.695
Brasil	5.565	5.995.787.000	-	-	29.324

Fonte: IBGE. Elaboração: EMPLASA, 2018.

A RMC emprega formalmente mais no setor de serviços (482,7 mil empregos, em 2016) que no setor industrial (243,4 mil) e mais ainda que no setor agropecuário (12,2 mil). De 2000 a 2016, no que diz respeito à participação de cada macro-setor no total de empregos formais da RMC, os serviços obtiveram um crescimento acumulado de 118,0%, enquanto a indústria respondeu por 40,6% e o setor agrícola por 7,6%.

Especificamente, os Serviços e Comércio Atacadista e Varejista foram os principais “carregadores” dos empregos formais na RMC. Somados, tais segmentos tiveram sua participação ampliada de 60,8% em 2000 para 70,0% em 2016. Já as participações dos empregos formais no setor agropecuário e na indústria tiveram uma alteração importante desde o início do século, caindo em quase metade na agropecuária, de 2,2% em 2000 para 1,3% em 2016 e de um terço para um quarto da participação regional, de 33,3% em 2000 para 24,9% em 2016, no caso da indústria. O setor da Construção teve um ciclo de crescimento no período 2009-2014, subindo acima de 4%, devido ao impulso dado pelas contratações do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal.

Dado que a economia de Campinas passou por mudanças importantes nos últimos 15 anos, faz-se mister discutir as consequências para o planejamento

urbano-regional. Haja vista que as agendas públicas de investimentos protagonizadas pelas esferas federal e estadual fizeram com que as escalas espaciais intra e interurbanas passassem a ter maior relevância no ordenamento territorial/regional (BRANDÃO, 2007; CAMPOLINA DINIZ e CAMPOLINA, 2007).

Sendo assim, nossa hipótese é de que houve um processo de reestruturação econômica espacialmente mais seletivo que vem modificando os padrões de uso e ocupação do solo nesta região, o que, conseqüentemente, deu novo sentido ao desenvolvimento urbano-regional e gerou novos problemas.

Para analisar tal consequência, daremos destaque especificamente aos Investimentos Confirmados nos 20 municípios da RMC, segundo as bases de dados da Pesquisa dos Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo, divulgados pela Fundação SEADE (PIESP/SEADE). Obviamente, que este é apenas um dos elementos, dentre muitos outros a serem analisados, mas se mostra importante na medida que boa parte destes investimentos ocorreram antes do último ciclo de recessão da economia brasileira (2014-2016), o que nos permite tratar mais objetivamente os aspectos envolvidos na reestruturação econômico-espacial da metrópole campineira, diga-se, sem que esta seja a única maneira de fazê-lo.

Antes, porém, cabe informar sobre as fontes utilizadas. Tais investimentos foram captados e organizados pela Fundação SEADE em três etapas: o levantamento geral de anúncios de investimentos feitos pelas empresas públicas e privadas e divulgados pela imprensa; a triagem dos investimentos anunciados; e, por fim, a confirmação e complementação das informações dos investimentos junto às empresas responsáveis pelos mesmos. Nosso trabalho foi o de agrupá-los regionalmente. Usamos, portanto, os dados disponibilizados pela EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A), a partir da base (site e planilhas) da Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (PIESP), elaborada pela Fundação SEADE, de forma a descrever os elementos de análise.

Desta forma, levantamos mais de 4,3 milhões de investimentos, com e sem valor anunciado, entre os anos de 2000 e 2017, segundo os seguintes critérios e informações disponibilizados: Número de Investimentos (Unidades); Valor dos mesmos (em US\$ Milhões); Tipo (Ampliação, Implantação, Modernização e/ou Pesquisa e Desenvolvimento – P&D); e Descrição CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e do próprio investimento em cada um dos Macro-Setores: Indústria, Serviços e Infraestrutura.

Categorizamos os investimentos em três Macro Setores: Indústria, Serviços (incluindo Comércio) e Infraestrutura. Especificamente acerca deste último, foram denominados de “Infraestrutura” todos os investimentos relacionados a serviços e/ou indústrias, bem como seus subsetores e segmentos infraestruturais de uso público e/ou privado, seguindo metodologicamente os trabalhos de Cano e Brandão (2002), Cano et al (2007) e Cano (2011). O Quadro 1 detalha com as informações foram usadas.



Quadro 1 – Especificações e CNAE’s para a classificação de Investimentos em “Infraestrutura”

Aeronáutica	3600-6 – Captação, Tratamento e Distribuição de Água
Atividades Auxiliares dos Transportes	3707-1 – Gestão de Redes de Esgoto
Atividades Auxiliares de Transportes e Agências de Viagens	4921-3 – Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana
Eletricidade, Gás e Água quente	4922-1 – Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional
Limpeza Urbana e Esgoto	4930-2 – Transporte Rodoviário de Carga
Outros Transportes Terrestres	5120-0 – Transporte Aéreo de Carga
Saneamento	5221-4 – Concessionárias de Rodovias, Pontes, Túneis e Serviços Relacionados
Telecomunicações	5240-1 – Atividades Auxiliares dos Transportes Aéreos
Transporte Terrestre	5250-8 – Atividades Relacionadas à Organização do Transportes de Carga
3511-5 – Geração de Energia Elétrica	5229-0 – Atividades Auxiliares dos Transportes Terrestres Não Especificadas Anteriormente*
3512-3 – Transmissão de Energia Elétrica	6110-8 – Telecomunicações por Fio
3514-0 – Distribuição de Energia Elétrica	

Fonte: PIESP-SEADE. Elaboração própria.

*Nota: CNAE’s relacionados à “Equipamentos e Outros Equipamentos de Transporte” foram caracterizados como Macro Setor “Indústria”; e “Manutenção e reparação de veículos automotores ou aeronaves” entraram em “Serviços”.

Além desta introdução, o artigo possui três seções e as considerações finais. Na primeira seção, discutimos o sentido da *reestruturação espacial* aqui utilizado, dialogando com parte da literatura da área. Na seguinte, apresentamos um conjunto de dados sobre os investimentos anunciados e confirmados na RMC no período, buscando caracterizar a dinâmica regional atual. Na final, analisamos o direcionamento dos investimentos na RMC e os agrupamos em suas principais nucleações urbanas, para daí esboçar a noção de *Completo Territorial-Setorial*. Nas considerações finais, retomamos os argumentos principais e extraímos uma visão analítica da RMC como um processo de “metropolização do interior”.

DESAFIOS AO PLANEJAMENTO METROPOLITANO

Para entender o processo de reestruturação espacial na RMC é necessário ir além dos dados empíricos, associando ao processo de desenvolvimento brasileiro como um todo o crescimento paulista em particular. Distinguem-se três fases de crescimento urbano diretamente relacionadas às transformações na divisão social do trabalho no Brasil, conforme Campolina Diniz (2000), Cano (2011) e Cano e Fernandes (2011).



- (i) 1920-1950, momento em que o mercado interno de São Paulo adquire centralidade com a constituição e consolidação do polo cafeeiro e, depois, como polo industrial na fase da substituição de importações;
- (ii) 1950-1980, em que o mercado interno, a partir de São Paulo, desenvolve uma indústria pesada, avança o processo de metropolização, relevância dos empregos industriais e importância da participação do setor de serviços industriais na economia brasileira;
- (iii) 1980/1990 até a atualidade, momento em que ocorre uma reestruturação produtiva, aumento da substituição dos empregos industriais pelos de serviços, urbanização intensifica nas áreas concentradas e dispersa em áreas de expansão do agronegócio, crescimento da terciarização e do setor de serviços financeiros em especial, ganham expressão os processos especulativos com a terra, a maior especialização do setor agromercantil (exportação de *commodities*) e a descentralização da indústria (padrão de competitividade).

Especialmente neste último período, parte da literatura crítica sobre a questão metropolitana que se voltava ao planejamento se concentrou sobretudo nas desigualdades sociais (QUEIROZ RIBEIRO, 2000 e MARICATO, 2011) e/ou processos de fragmentação socioespaciais (CAMPOLINA DINIZ, 1993 e LENCIONI, 2012). Ou seja, parecia não haver um diálogo mais consistente entre tais interpretações e o processo de reestruturação produtiva no sentido de buscar suas consequências para além do espaço das grandes metrópoles nacionais. A não ser ideia de desenvolvimento poligonal, que circunscrevia o processo de desconcentração industrial aos estados do sul do país, o interior de São Paulo e o sul e sudoeste de Minas gerais (CAMPOLINA DINIZ, 1993 e 2000).

Negri e Pacheco (1994), falando das consequências da reestruturação produtiva para a economia metropolitana paulistana, ressaltavam que esta “não mais reflete apenas sua base industrial imediata” (p. 65), mas “ao contrário, recebe inclusive o estímulo do crescimento da periferia e do interior do Estado de São Paulo”. Os casos dos polos tecnológicos de Campinas, São Carlos e São José dos Campos não demonstrariam, devido a seus limites, uma possibilidade de “flexibilização” das inovações técnicas e organizacionais típicas da terceira revolução industrial, como efeito da reestruturação produtiva.

Aspectos como a estrutura das redes de cidades com o crescimento mais rápido da periferia, o próprio processo de descentralização produtiva mais amplo num país de dimensões continentais e a industrialização pregressa impõem-se como características de um modelo de crescimento localizado, avesso, portanto, a uma aceleração do processo de reestruturação preconizado pela literatura. Indo além de Campolina Diniz, Negri e Pacheco asseveram que:

“São Paulo irá perder peso porque já concentra uma parcela expressiva da produção nacional, porque as fronteiras seguirão



crescendo acima da média nacional, porque o gasto público seguirá favorecendo as regiões mais pobres, e porque a tendência da urbanização brasileira é reforçar as características desconcentradas do sistema urbano.” (NEGRI e PACHECO, 1994, p.77)

Essa tendência de desconcentração urbana, a partir dos anos 2000, ganharia novos contornos com o avanço do que podemos chamar de *reestruturação espacial*, ou seja, nem a fronteira agrícola havia se fechado e nem a urbanização havia se completado nos anos 1970, na medida em que a intensidade da urbanização brasileira daria vazão a um crescimento urbano de outra natureza, qual seja, um crescimento não metropolitano, pós-1980 (MIRANDA, 2013). Atualmente, podemos dizer que o próprio processo de metropolização avança para o interior do país, fato que ainda merecerá qualificações no final deste artigo.

Szmrecsányi (2004) será mais assertivo em relação à nova ordem econômico-social e espacial criada pós-1990 e as consequências para o planejamento urbano brasileiro.

“Sob o império dos investimentos financeiros, da reestruturação produtiva que dispensou enormes contingentes de mão-de-obra, e da restrição da capacidade de intervir do Estado, a cidade vem enfrentando há mais de duas décadas o agravamento dos problemas sociais, urbanísticos e de gestão. Agentes estatais e empresariais voltaram-se para novos projetos, procurando adaptar a cidade ao papel de metrópole medianeira da modernização globalizada. Redes de comunicação rápida foram instaladas, novas tecnologias de supervisão e controle foram assimiladas, novos edifícios “inteligentes”, em novos locais centrais, passaram a sediar a nova ordem.” (SZMRECSÁNYI, 2004, p. 118).

A participação do Estado na economia brasileira, marca dos dois períodos anteriores a 1980/1990, foi reduzida e o protagonismo dos agentes privados (capitais nacionais e estrangeiros) foi ampliado, o que engendrou outras formas de gestão do território com foco em múltiplos interesses, movimento também facilitado pela guerra fiscal e pela subalternização dos entes federativos aos comandos superiores das escalas de poder, seja no plano nacional ou internacional, para aderir à “modernização globalizada”, como afirma o autor.

Assim, podemos entender a Metropolização Paulista como produto contraditório entre os processos de fragmentação regional, de dispersão populacional e os de concentração de serviços financeiros e de seus diferentes circuitos, bem como da alta especialização funcional das cidades em torno da cidade polo (NEGRI e PACHECO, 1994; PACHECO, 1998 e BRANDÃO, 2007). Nesse

sentido, a divisão regional recente busca captar a emergência de tais processos na tentativa de esboçar um planejamento multiescalar.

É preciso considerar também, nesse contexto teórico mais amplo, o fato de que a desconcentração produtiva da indústria não é uma desconcentração de atividades pura e simplesmente, mas uma mudança de padrão produtivo-espacial associada ao novo caráter dessas atividades, as quais requerem a centralidade da metrópole como espaço privilegiado de acumulação, tal como pondera Queiroz Ribeiro e Gomes Ribeiro (2010):

“(...) ao concentrar o esforço numa análise mais apurada da evolução da participação das atividades econômicas industriais, de serviços e as voltadas à construção civil, observa-se que está havendo mudanças no padrão produtivo das metrópoles brasileiras, que faz com que determinadas atividades tenham reduzido sua participação em detrimento do aumento de outras, sobretudo aquelas que exigem maior desenvolvimento tecnológico. Assim, as metrópoles brasileiras continuam sendo os espaços da realização de grande parte das atividades econômicas do país e, por isso, possuem forte tendência em reafirmar sua centralidade.” (QUEIROZ RIBEIRO e GOMES RIBEIRO, p.336)

Isto lança alguma luz sobre a questão do planejamento cuja característica principal será o modo como os interesses privados tendem a predominar sobre a esfera pública espacialmente falando. Nesse sentido, a segregação socioespacial passa a ser produto dessa nova fonte de interesses capitalistas na cidade, uma segregação que privilegia o espaço a partir das frentes de acumulação urbana, especialmente nas diferentes formas de empreendedorismo urbano, de operações urbanas e de avanço do capital imobiliário, dentre outras. Algo que necessita de uma regulação pública e de acesso ao fundo público.

Asquino (2010), Negreiros et al (2015) e Castro e Santos Júnior (2017) ressaltam tanto os problemas de gestão ou as formas de governança dos espaços metropolitanos enfeixados por interesses nem sempre comuns. Daí que as formas de adaptação da cidade à “nova ordem” passaram ao primeiro plano das ações do governo no intuito de facilitar processos econômicos ligados a interesses privados, requerendo, por um lado, a gestão eficiente de recursos financeiros estatais (segundo critérios empresariais), e, por outro, a regulação pública do acesso privado aos recursos naturais e locacionais (de interesse comum) da região.

A extensividade do processo de metropolização foi bem demarcada espacialmente no entorno de São Paulo. Conforme Szmrecsányi (2004), em 1952, a mancha urbana paulistana era de 355 km², e em 1980 e 1990 passou para 1.370 km² e 1.765 km², respectivamente. Segundo a autora:



“De leste a oeste, o eixo de maior envergadura da mancha, ao longo das ferrovias Central do Brasil, Santos-Jundiaí e Sorocabana, atingia, em 1952, pouco mais de 30 km. Em 2001, a mancha alastra-se em ambas as direções, a ponto de a envergadura atingir o triplo da dimensão anterior, ou seja, aproximadamente 100 km. Ao norte e ao sul, as construções encontraram barreiras “naturais” nos mananciais da Serra da Cantareira e da Serra do Mar, mas, sem respeitá-los devidamente, chegaram no início do século XXI a alcançar distâncias diretas de até 60 km.” (SZMRECSÁNYI, 2004, p. 125).

Do ponto de vista normativo, foi a Constituição Federal de 1988 que delegou aos estados federados a competência para criar as regiões metropolitanas e cada estado seria responsável pela gestão metropolitana até a aprovação do Estatuto da MetrÓpole, em 2015, incrementando o grau de extensividade e seletividade metropolitana. No caso do estado de São Paulo, as normas legais para a gestão metropolitana estão definidas no artigo de nº 153 até o de nº 158 da Constituição Estadual de 1989 e na lei complementar estadual nº 760, de 1º de agosto de 1994.

Castro e Santos Junior (2017) mostram que a configuração atual da MacrometrÓpole Paulista, que aqui neste artigo tratamos dentro do processo mais geral da metropolização pós 1990, tem como base o novo marco regulatório do período 2011-2015, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano pelo Decreto Estadual nº 56.639/janeiro de 2011, do Sistema Estadual de Desenvolvimento Metropolitano e da Câmara de Desenvolvimento Metropolitano pelo Decreto Estadual nº 56.887/março de 2011. Isto passou também pela definição da Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020 (Decreto Estadual nº 58.107/junho de 2012), até o Governo Federal instituir o Estatuto da MetrÓpole (Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015), conforme a alteração da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Do ponto de vista legal, portanto, só recentemente as Regiões Metropolitanas tornaram-se as principais unidades territoriais de planejamento do estado, sendo a regulamentação, a organização e a gestão centralizadas no Governo Estadual. Dessa forma, o caráter metropolitano de Campinas

“(...) é exemplo claro dessa nova escala de metropolização, que compreende o espaço territorial formado pelas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do Estado de São Paulo e por um conjunto de centros urbanos médios, que tendem a ampliar e intensificar a conurbação entre seus territórios, bem como o seu grau de articulação e integração funcional, com elevada influência do seu polo principal: o Município de São Paulo. Nesse território, coexistem diferentes morfologias urbanas, compondo uma rede de cidades com elevado nível de

integração funcional, e interação metrópoles de caráter mundial, nacional e regional, aglomerações urbanas e centros urbanos com significativos papéis de centros regionais.” (NEGREIROS et al., 2015, p. 127).

É nesse contexto que as discussões sobre o avanço da metropolização paulista e, em particular, da metrópole campineira, como escala de planejamento territorial, ganham importância e que os investimentos se tornam estratégicos para consolidar a reestruturação econômico-espacial que corresponda às novas exigências de acumulação capitalista.

ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS NA RMC

No contexto mais geral dos investimentos agregados no período recente ressalta-se, inicialmente, que, na RMC, estes apresentaram características próprias de regiões industrializadas, geralmente, mais sensíveis aos ciclos de estagnação, expansão e desaceleração, pelos quais o Brasil atravessou nos últimos anos, sendo necessário avaliar em que medida os investimentos (públicos e privados) ocorridos no período de expansão modificaram a dinâmica regional.

Os governos federal e estadual (São Paulo) atuaram com políticas de subsídios, estímulos e gastos em investimentos (privados e públicos) tanto para criar crescimento econômico, quanto para sustentá-lo em conjunturas econômicas menos favoráveis. Para facilitar o entendimento, vemos no Gráfico 1 a análise do PIB e dos investimentos públicos no período 1994-2015.

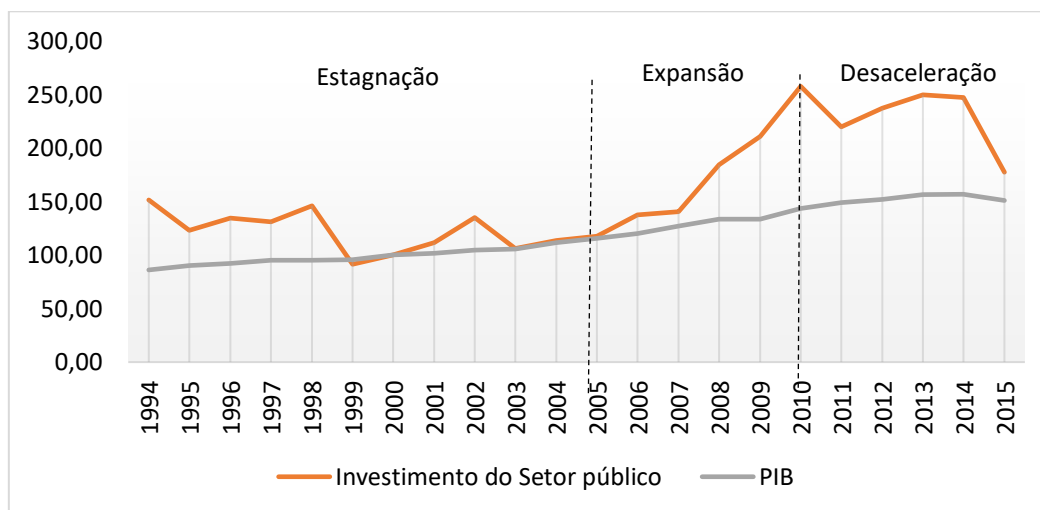


Gráfico 1 - Brasil: Investimento do Setor Público no período 1994-2015.
(Ano base 2000 = 100)

Fonte: Elaborado a partir de ODAIR (2016, p.16).

Os investimentos públicos tiveram desempenho bastante diferentes nos períodos 1994-2005 (estagnação), 2006-2010 (expansão) e 2011-2015 (desaceleração). O Gráfico 1 ilustra a colaboração do investimento público para os

ciclos de expansão e retração da economia brasileira após 2010, quando a dinâmica de crescimento dos preços externos das *commodities* agrominerais cessou (petróleo, minério de ferro, grãos e carnes) e, com a eleição presidencial em 2014, as medidas de cortes de gastos se fizeram sentir e mergulharam o país na recessão. A crise foi aprofundada em 2016, por meio da aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos. Limitou-se, assim, a continuidade dos investimentos internos estratégicos, especialmente os de infraestrutura.

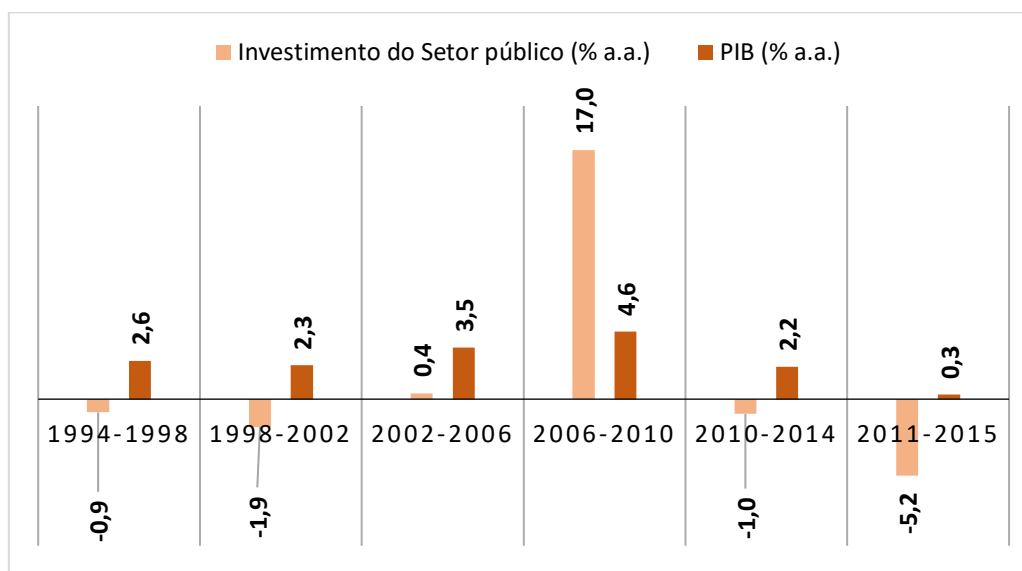


Gráfico 2 - Brasil: Taxa de crescimento ao ano (%) do Investimento do Setor Público e PIB do Brasil, em diferentes períodos.

Fonte: Elaborado a partir de ODAIR (2016, p.16).

O Gráfico 2 mostra a concentração forte dos investimentos públicos no período 2006-2010 e os melhores desempenhos do PIB brasileiro nos períodos 2002-2006 e 2006-2010. Vê-se também que a retirada dos investimentos públicos teve impacto negativo no desempenho do PIB brasileiro, principalmente no período 2011-2015.

Diante disso, é importante, para finalizar esta breve contextualização, salientar dois aspectos. O primeiro se refere ao investimento como o indicador chave para a recuperação da economia como um todo, mas que se encontra em recuo. O segundo se refere aos investimentos previstos e realizados na Região Metropolitana de Campinas numa parte do período 2000-2017, cuja influência passou a ser decisiva para o padrão de desenvolvimento regional centrado na dinâmica urbana nos próximos anos. Até porque, em que pese a crise, os investimentos já efetuados na região apontam para uma mudança de sentido.

Levando em consideração as características dos investimentos registrados na base de dados da PIESP/ SEADE, disponibilizados pela EMPLASA, trataremos do período entre os anos de 2000 e 2017, segundo últimas informações anuais

disponíveis, atendendo aos Investimentos Anunciados e Confirmados, com e sem valor.

Começaremos pelos investimentos em termos de Valor, disponibilizados em Milhões de Dólares (US\$), para posteriormente analisá-los sob a ótica quantitativa, do Número de Investimentos e, a partir deste, qualificarmos os Tipos de Investimento. Logo em seguida, categorizaremos os investimentos por Macro Setor – isto é, Indústria, Serviços e Infraestrutura. Esta metodologia que adotamos ajuda a entender o peso de cada macro setor na dinâmica econômico-social da RMC.

Outrossim, a análise mais detalhada em cima dos números / unidades dos investimentos justifica-se também pela falta de anúncio do valor de diversos deles, em vários anos, principalmente em anos com menor atividade econômica ou crises, o que dificulta qualquer análise mais sistemática. Todavia, ao tomá-los conjuntamente, buscamos evidenciar mais diretamente os fatores de atração, expulsão, crescimento e crise, fundamentais para amparar na tomada de decisões e na realização de planejamento urbano-regional. Assim, também na explanação sobre os investimentos por municípios da RMC, as comparações serão realizadas em cima do número de investimentos anunciados e confirmados.

Em relação aos valores (US\$), soma dos investimentos anuais na RMC, entre 2000 e 2017, resultou em cerca de 37,32 bilhões, com uma média anual de investimentos de cerca de 2,07 bilhões de dólares. O montante total do período é explicado principalmente pelos maiores valores dos investimentos nos anos de 2000, 2006, 2010, 2011 e 2012. Os mesmos se justificam, principalmente, por investimentos de grande porte ligados à ampliação do Aeroporto de Viracopos, em Campinas, e os aportes de recursos da Refinaria de Petróleo (REPLAN) em Paulínia. A evolução dos investimentos na RMC, com os valores somados referentes aos seus 20 municípios, ano a ano, estão no Gráfico 3.

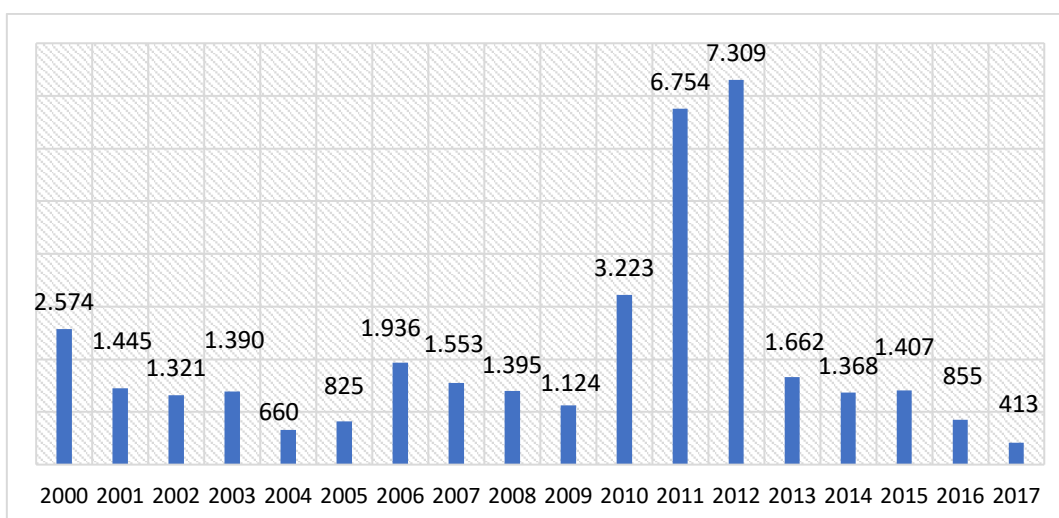


Gráfico 3 - Investimentos Anunciados e Confirmados na RMC (2000-2017), Em US\$ Milhões Correntes.

Fonte: Dados da PIESP / SEADE. Elaboração própria.

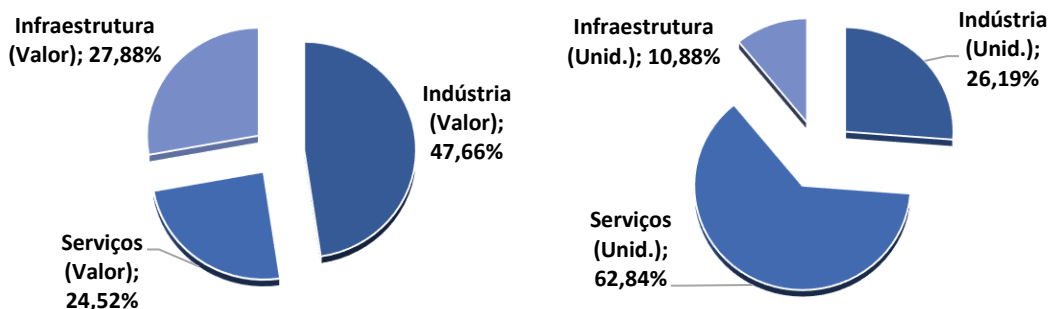


Gráfico 4 - Participação dos Investimentos na RMC, por Macro Setor (2000-2017), separação por Número (Unidades) e Valor (US\$ Milhões)

Fonte: Dados da PIESP / SEADE. Elaboração própria.

Quando observamos os valores investidos por Macro Setor, há maiores diferenças em comparação à análise dos números de investimentos, como veremos adiante. Apesar da RMC ter apresentado, de longe, um maior número de investimentos ligado ao Macro Setor de Serviços (62,8%), vindo bem atrás a Indústria (26,2%) e a Infraestrutura (10,8%), por serem qualitativamente diferentes em termos de escala e tempo de maturação do investimento, são os valores que se destacam. A Indústria participa com 47,6% (US\$ 17,74 bilhões), acompanhada da Infraestrutura com 27,8% (US\$ 10,38 bilhões) do valor dos investimentos, o que nos permitirá algumas considerações importantes. Logo em seguida, vêm os Serviços com 24,8% (US\$ 9,12 bilhões) do valor, conforme o Gráfico 4.

No que se refere ao número total de investimentos observados, a RMC passou de 135 no ano 2000 para 70 em 2017, indicando uma queda de 70,4% entre os dois anos, devido a retrações expressivas nos anúncios e confirmações de investimentos anos de 2004, 2005, 2013, 2016 e 2017 (Gráfico 5). Separando por períodos, percebemos distintos momentos em que há aceleração do número de investimentos (2000-2003), ou retração (2004-2005, 2008, 2010, 2013, 2016-2017), ou crescimento menor (comparativamente ao primeiro período, em 2006, 2007 e 2009), ou ampliação (2011, 2012 e 2015) e ou de certa estabilidade (2014). O importante é observar seus efeitos cumulativos e diferenciar os tipos de investimentos mais relevantes na região.

Como podemos notar no Gráfico 5 de modo geral, o número de investimentos não alcançou em nenhum outro ano ou período os patamares dos primeiros quatro anos da série, principalmente entre 2001 e 2003, salvo nos anos de 2004, 2012 e 2015, puxados por investimentos estratégicos, que serão considerados na análise sobre os municípios da RMC mais adiante.

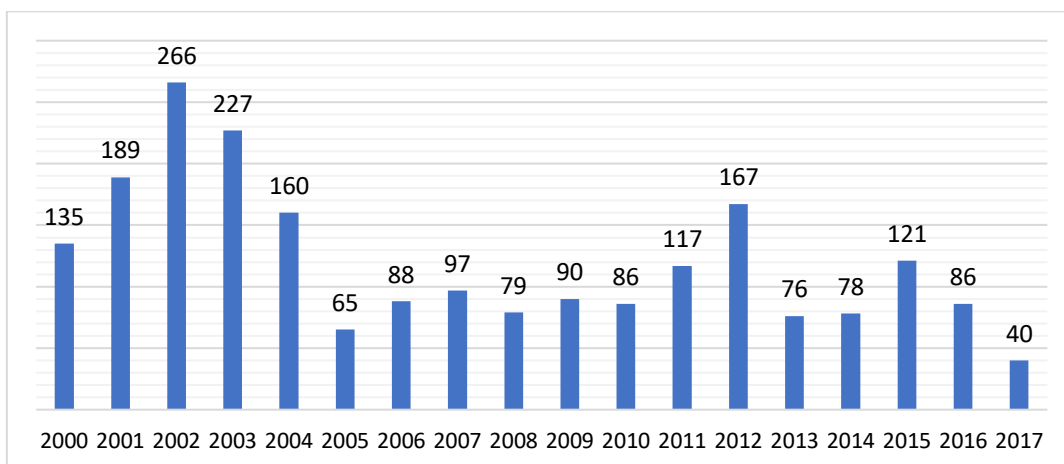


Gráfico 5 - Investimentos Anunciados e Confirmados na RMC (2000 – 2017), Em Número de Investimentos.

Fonte: Dados da PIESP / SEADE. Elaboração própria.

Para normalizar os parâmetros de análise por período, a partir do número de Investimentos por ano, apresentado no Gráfico 5 obtivemos a variação anual dos mesmos, indicando os períodos em que, de fato, ocorreram acréscimos e decréscimos no número de investimentos, o que vem exposto na Tabela 2.

Tabela 2 - Investimentos na RMC (2000 – 2017), Números, Variação Anual, e Médias Respectivas, por Períodos.

Anos / Períodos	Total de Investimentos (Unid.)	Variação Percentual Anual (%)	Média* Por Período (Nº e %)
2000	135	23,85%	204 / 22,5%
2001	189	40,00%	
2002	266	40,74%	
2003	227	-14,66%	98 / -12,4%
2004	160	-29,52%	
2005	65	-59,38%	
2006	88	35,38%	
2007	97	10,23%	107 / 6,8%
2008	79	-18,56%	
2009	90	13,92%	
2010	86	-4,44%	
2011	117	36,05%	
2012	167	42,74%	81 / -6,2%
2013	76	-54,49%	
2014	78	2,63%	
2015	121	55,13%	
2016	86	-28,93%	
2017	40	-53,49%	
TOTAL	2.167	-	-

*Observação: Números médios arredondados.

Fonte: Dados da PIESP / SEADE. Elaboração própria.

Pela Tabela acima fica claro que são quatro períodos regulares de crescimento e decréscimo do número de investimentos na RMC, de acordo

com as variações percentuais anuais. Os dois de crescimento, de 2000 a 2003 e de 2009 a 2013; e dois de decréscimo, 2004 a 2008 e 2014 a 2017. Ou seja, os investimentos ocorreram no período como um todo, mas seu número variou nesses quatro períodos, muito provavelmente porque existiram diferenciações importantes de tipos e porte.

Como são contemplados tanto os investimentos públicos como os privados, os efeitos de aceleração dos investimentos públicos e de estímulo dos investimentos privados atendem diversos ritmos e modulações, embora, no conjunto, sejam cumulativos. No período, muitos dos investimentos anunciados e confirmados na RMC, segundo dados na PIESP/SEADE, tiveram a influência das variações cíclicas da economia nacional (expansão e desaceleração, principalmente), especialmente aqueles direcionados à indústria.

Dessa maneira, quando observamos os Tipos de Investimentos confirmados e relacionamos ao total dos mesmos entre 2000 e 2017 (2.167 unidades), 1.371 deles se caracterizam por investimentos de Implantação – explicitando um maior volume de novos investimentos, empresas e negócios, seguidos dos 632 relacionados à Ampliação, 123 de Modernização e 41 voltados à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os percentuais dos tipos de investimentos nos períodos considerados se encontram na Gráfico 6 Saliente-se que os investimentos de Modernização e P&D têm baixa participação no total.

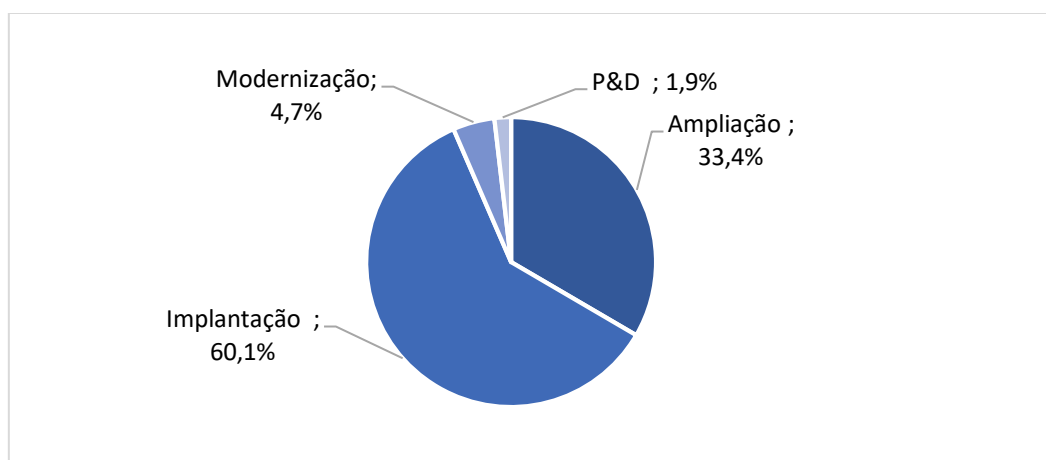


Gráfico 6 - Participação dos Tipos de Investimentos Anunciados e Confirmados na RMC (2000-2017), Em %.

Fonte: Dados da PIESP / SEADE. Elaboração própria.

Os tipos de investimento se diferenciam, como se pode ver, pelos setores que predominam em cada município, que ao serem articulados regionalmente compreendem aquilo que denominamos de *Complexo Territorial-Setorial* da RMC, dado o caráter que assumem na área *core* em que se concentram, ou seja, em Campinas e seu entorno imediato. A seguir, descrevemos os principais deles:

- em 2006, **Paulínia** recebeu US\$ 1,22 bilhão para ampliação e modernização da Refinaria da Petrobras, REPLAN;



- em 2010, **Campinas** conseguiu US\$ 307 milhões em ampliação de frotas da Trip Linhas Aéreas, US\$ 740,2 milhões na Construção de Polo de Tecnologia, Pesquisa e Processamento de Dados, pelo Santander, além de US\$ 150 milhões em aquisição de frotas de transporte aéreo de carga pela Absa Cargo Airline;
- em 2010, novamente, **Paulínia** logrou US\$ 354,4 milhões devido à construção de fábrica da LG Electronics;
- em 2010, ainda, **Nova Odessa** obteve US\$ 284,2 milhões na construção de um condomínio empresarial privado pela empresa Parque Industrial São Lourenço II;
- em 2010, também, **Indaiatuba** amealhou US\$ 146,2 milhões na fábrica de redutores da SEW-Eurodrive e US\$ 96,6 milhões pela construção de terminal intermodal logístico (Ecopátio Campinas) realizado pela empresa EcoRodovias;
- em 2011, **Paulínia** foi contemplada com mais US\$ 4,5 bilhões para ampliação da refinaria REPLAN e Campinas, com mais de US\$ 903 milhões em investimentos ligados ao transporte aéreo, como por exemplo, a criação da "Trip Cargo", pela Trip Linhas Aéreas; e
- em 2012, **Campinas** recebeu US\$ 4,6 bilhões em ampliação, reforma e compra de equipamentos do/ao Aeroporto Internacional de Viracopos (INFRAERO).

Em síntese, na RMC, há uma área *core* onde ocorreram os principais de investimentos que qualificaram e reafirmaram o perfil econômico da região, mas que nem todos os seus municípios puderam acessar.

Por fim, antes de entrar na análise específica dos tipos de investimentos por município, é importante ressaltar, como vimos, que, de um total de 2.170 de investimentos, 63% estão concentrados nos Serviços, 26% na Indústria e 11% na Infraestrutura. Em termos de valor (US\$), os Serviços têm a menor participação percentual, 24,52%, a Infraestrutura tem participação de 27,88% e a Indústria, a maior, 47,66%. Isso significa que a maior parte dos investimentos tem menor valor unitário relativo. Os Serviços receberam US\$ 6,64 milhões por unidade de investimento, o de Infraestrutura, o mais alto, US\$ 45,31 milhões e o da Indústria, US\$ 31,28 milhões, no período 2000-2017. Assim, apesar da Indústria ter o maior valor global e os Serviços, o menor, a Infraestrutura teve o maior valor unitário do investimento, o que acentua a importância desse tipo de investimento na dinâmica desta economia metropolitana.

DIRECIONAMENTO DOS INVESTIMENTOS NA RMC

Na seção anterior, mostramos que, embora o número e os tipos de investimentos tenham variado no período 2000-2017, com períodos de crescimentos e decréscimos, houve uma concentração espacial dos mesmos em torno do núcleo metropolitano principal (Campinas e entorno), com os valores unitários se destacando para aqueles voltados ao incremento da infraestrutura. Essa qualificação é importante na medida em que somente alguns municípios se tornam uma referência na atração de certos tipos de investimento. Esta seção

analisa o direcionamento desses investimentos e suas principais nucleações urbanas.

Observando o valor dos investimentos nos municípios da RMC, constata-se que, do valor total investido entre os anos de 2000 e 2017 (US\$ 37,2 bilhões), o município de Campinas concentrou 43,7% e o de Paulínia (27,0%), que, somados, concentraram mais de 70% de todos os investimentos anunciados e confirmados na região. Ou seja, mais de US\$ 26,3 bilhões. Todos os demais municípios da RMC somaram 29,3% do total investido, cerca de US\$ 10,8 bilhões. O Gráfico 7 mostra os montantes recebidos por cada município da RMC.

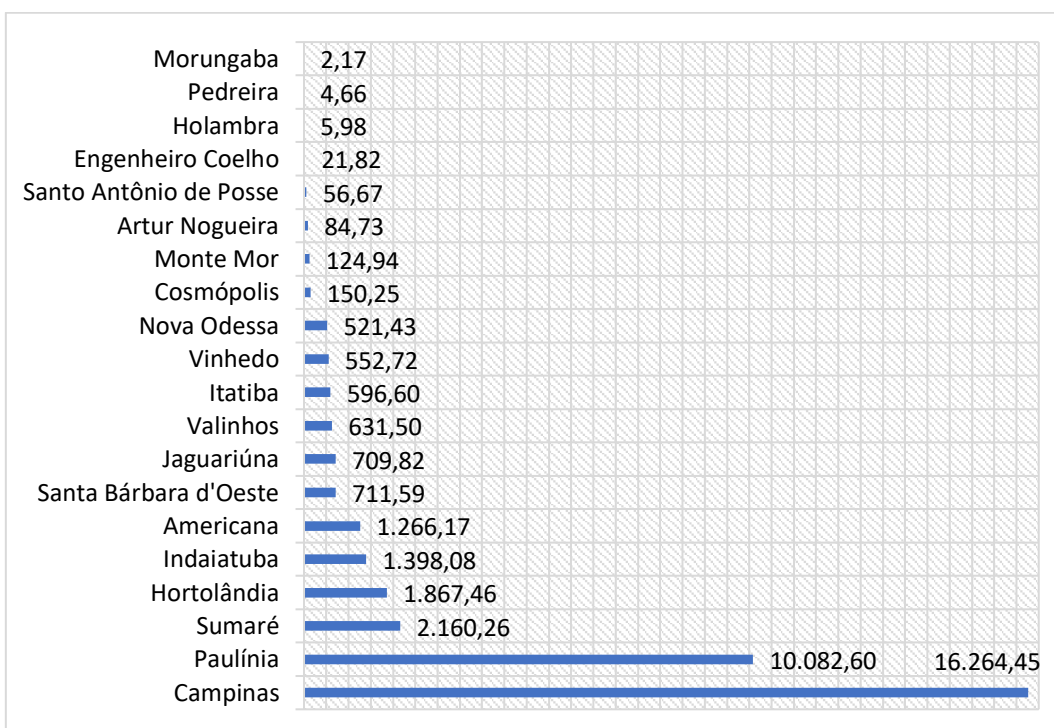


Gráfico 7 - Investimentos Totais por Municípios da RMC: 2000 a 2017. Em US\$ Milhões Correntes.

Fonte: Dados da PIESP / SEADE. Elaboração própria.

Ampliando um pouco mais esta fotografia, vê-se que 04 de 18 municípios da RMC somaram mais de 3/5 dos investimentos da região no período, sendo esses, respectivamente: Sumaré (5,8%), Hortolândia (5,0%), Indaiatuba (3,7%) e Americana (3,4%). Os outros quatorze municípios receberam menos de 2%, sendo que oito deles estão com participações próximas à 0% no valor total investido.

De acordo com faixas de valores, um conjunto de 06 municípios concentraram investimentos acima de US\$ 1,0 bilhão, pela ordem: Campinas (16,2 bi), Paulínia (10,0 bi), Sumaré (2,1 bi), Hortolândia (1,8 bi), Indaiatuba (1,4 bi) e Americana (1,2 bi). Outros 06 municípios concentraram investimento entre US\$ 500,0 e US\$ 720,0 milhões, são eles: Santa Bárbara D'Oeste, Jaguariúna, Valinhos, Itatiba, Vinhedo e Nova Odessa. Cosmópolis e Monte Mor tiveram investimentos situados entre US\$ 124,0 e 151,0 milhões. Os demais receberam investimentos

abaixo de US\$ 90,0 milhões. Na Tabela 3, pode-se verificar o número de investimento por município.

Tabela 3 - Investimentos nos Municípios da RMC: Número e Participação (%) em ordem decrescente (2000-2017).

Município	Nº de Investimentos (Und)	Participação (%)
Campinas	1.072	49,4
Americana	181	8,3
Indaiatuba	125	5,8
Sumaré	125	5,8
Paulínia	119	5,5
Hortolândia	103	4,7
Santa Bárbara d'Oeste	84	3,9
Valinhos	76	3,5
Vinhedo	63	2,9
Itatiba	58	2,7
Jaguariúna	51	2,3
Nova Odessa	43	2,0
Cosmópolis	19	0,9
Monte Mor	19	0,9
Santo Antônio de Posse	9	0,4
Artur Nogueira	8	0,4
Pedreira	7	0,3
Holambra	4	0,2
Morungaba	3	0,1
Engenheiro Coelho	2	0,1
Total	2.171	100

Fonte: Dados da PIESP / SEADE. Elaboração própria.

Naturalmente, as condições de atratividade de certo número de investimentos dependem de um conjunto de condições e a infraestrutura é a principal delas. Depende também da característica dos setores, os industriais têm requisitos próprios e os serviços são mais heterogêneos. Por seu grau de diversificação econômica, Campinas é o que reúne as melhores condições de atratividade, seguida por aqueles que estão no seu entorno, ou seja, 06 municípios com investimentos acima de 1 bilhão de dólares.

Percebe-se, assim, que, por mais que os tipos de investimentos sejam muito diferenciados por municípios, há uma lógica econômica na sua atratividade, por isso é preciso entendê-los de forma regionalmente agregada para extrair potencialidades. Pelos dados da Tabela 3, os seis primeiros municípios receberam 79,5% do número de investimentos na RMC e, só Campinas, quase metade deles. Tanto a concentração (número) quando a centralização (valor) dos investimentos seguem um padrão espacial.

Isto pode ser mais bem avaliado quando distribuimos o número total de investimentos por Macro Setor (Tabela 4). Constata-se que Campinas detém quase 60% dos investimentos no Macro Setor Serviços, mais de 55% dos

investimentos no Macro Setor Infraestrutura e 22,8% dos investimentos no Macro Setor Indústria.

Tabela 4 – Investimento por Macro Setor: Número de Investimentos nos Municípios da RMC (2000 a 2017).

Município	Indústria	%	Infraestrutura	%	Serviços	%	Total
Campinas	129	22,8	127	55,5	816	59,3	1.072
Americana	51	9,0	12	5,2	118	8,6	181
Sumaré	45	7,9	14	6,1	66	4,8	125
Indaiatuba	38	6,7	10	4,4	77	5,6	125
Paulínia	70	12,3	14	6,1	35	2,5	119
Hortolândia	49	8,6	12	5,2	42	3,1	103
Sta. Bárbara d'Oeste	23	4,1	6	2,6	55	4,0	84
Valinhos	32	5,6	7	3,1	37	2,7	76
Vinhedo	31	5,5	3	1,3	29	2,1	63
Itatiba	24	4,2	3	1,3	31	2,3	58
Jaguariúna	30	5,3	3	1,3	18	1,3	51
Nova Odessa	16	2,8	10	4,4	17	1,2	43
Monte Mor	10	1,8	2	0,9	7	0,5	19
Cosmópolis	7	1,2	4	1,7	8	0,6	19
Sto. Antônio de Posse	4	0,7	0	0,0	5	0,4	9
Artur Nogueira	2	0,4	0	0,0	6	0,4	8
Pedreira	4	0,7	0	0,0	3	0,2	7
Holambra	0	0,0	0	0,0	4	0,3	4
Morungaba	0	0,0	2	0,9	1	0,1	3
Engenheiro Coelho	2	0,4	0	0,0	0	0,0	2
RMC	567	100,0	229	100,0	1.375	100,0	2.171

Fonte: Dados da PIESP / SEADE. Elaboração própria.

No Macro Setor Indústria, quase 74% do número de seus investimentos situam-se em 12 municípios (exclusive Campinas), sendo, pela ordem, os seguintes: Paulínia, Americana, Hortolândia, Sumaré, Indaiatuba, Valinhos, Vinhedo, Jaguariúna, Itatiba, Santa Bárbara d'Oeste, Nova Odessa e Monte Mor. Dos 12 municípios, os 04 primeiros responderam por 38% do número total de investimentos nesse macro setor, enquanto que os oito municípios restantes responderam por 36%. Nestes mesmos 12 municípios estão quase 42% dos investimentos em Infraestrutura e quase 39% dos de Serviços.

Na RMC como um todo, pode-se observar, no Gráfico 8, a evolução do número de investimentos por Macro Setor no período 2000-2017. Vemos a trajetória crescente dos investimentos no Macro Setor Serviços, de 44,4% em 2000 para 80% em 2017, só declinando em um ano (2005), quando ficou abaixo dos 40%. O Macro Setor Infraestrutura declinou suavemente no período, saindo de 10,4% em 2000 para 5% em 2017, conseguindo três picos mais marcantes em 2005 (27,7%), 2008 (17,7%) e 2014 (19,2%), anos que coincidem com o período de expansão dos investimentos brasileiros.

Já no Macro Setor Indústria houve queda mais acentuada no período, saindo de 44,4% em 2000 para 15% em 2017, sendo que a primeira queda mais pronunciada aconteceu em 2002, quando atingiu 20,3%. Houve uma recuperação

de 2006 (36,4%) até 2010 (30,2%), para declinar a partir de 2013 (23,7%), o que mostra o menor volume de investimento direcionados para a indústria da região como um todo e para Campinas em particular no período analisado.

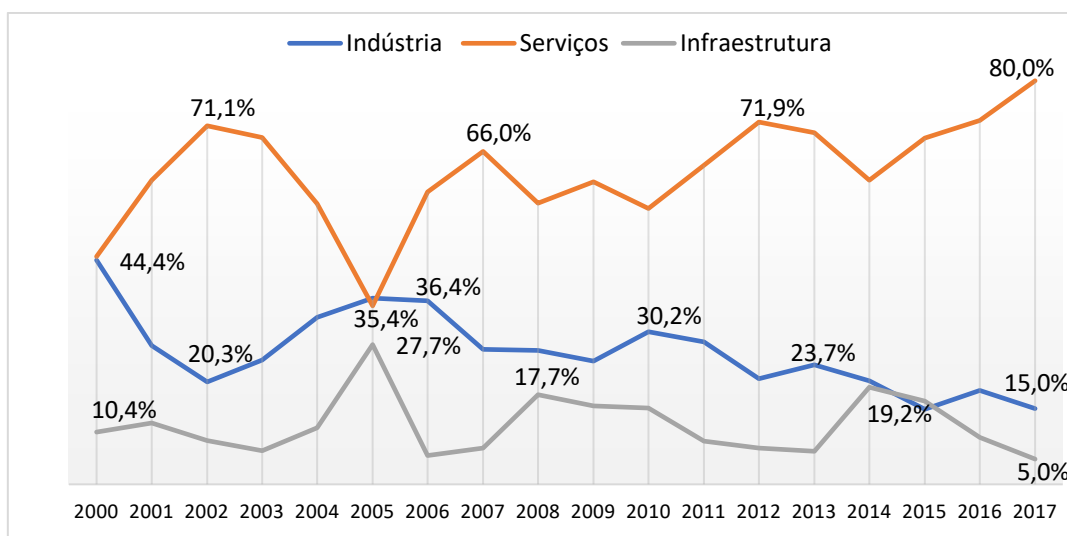


Gráfico 8 – Participação (%) dos Macro Setores no Número Total de Investimentos Confirmados na RMC (2000-2017).

Fonte: Dados da PIESP / SEADE. Elaboração própria.

Por fim, os Quadros 2, 3, 4 e 5, a seguir, dão uma noção mais clara dos tipos de investimentos direcionados por Macro Setor. Separamos os macros setores por valor (US\$) e por grupamento de municípios.

- No Grupo A, estão seis municípios que receberam investimentos no montante superior a US\$ 1,0 bilhão cada um.
- No Grupo B, estão mais seis municípios que receberam investimentos entre US\$ 500,0 e US\$ 720,0 milhões cada um.
- No Grupo C, estão dois municípios que receberam investimentos entre US\$ 124,0 e 151,0 milhões cada um.
- E finalmente, no Grupo D, estão outros seis municípios que receberam investimentos abaixo de US\$ 90,0 milhões cada um.

Do ponto de vista estrutural, pela importância setorial dos segmentos que receberam investimentos, os grupos A e B estão bastante próximos, pois apresentam segmentos bem semelhantes, apesar do menor valor dos investimentos recepcionados pelos municípios no Grupo B comparativamente ao A. Porém, além dos municípios, importa para a análise o peso dos principais investimentos por Macro Setor para a RMC. Nesse sentido, 12 dos 20 municípios compõem o que denominamos de *Complexo Territorial-Setorial* da RMC.

A indústria é peça chave deste *Complexo* porque sem ela não haveria como a região avançar sua divisão do trabalho, criando um terciário avançado em Campinas e espraiando segmentos da indústria. Campinas é o polo de uma economia urbana diversificada e os setores produtivos dos 12 municípios são espaços articulados ao Complexo. Entretanto, como se nota, a participação dos

setores/segmentos produtivos em alguns municípios não apresenta o mesmo peso nem capacidade de adensamento industrial, quando observamos os Macro Setores descritos nos quadros.

Quadro 2 - Direcionamento dos Investimentos por Macro Setor: Grupo A (acima de US\$ 1 bilhão)

MACRO SETOR	Campinas	Paulínia	Sumaré	Hortolândia	
INDÚSTRIA US\$ 15,75 bilhões	Máquinas e Equipamentos, Aditivos de uso industrial, Pneumáticos, Componentes eletrônicos, Alimentos e bebidas, Automóveis, Tratores, Refino de Petróleo, Produtos Químicos e Farmacêuticos.	Fabricação de Produtos Químicos, Refino de Petróleo e Álcool, Embalagens, Defensivos Agrícolas, Fibras Artificiais	Automotivo, Produtos Químicos, Alimentos e Bebidas, Borracha e Plástico, Fabricação de tintas, Adubos, Sorvetes.	Máquinas e Equipamentos, Produtos Farmacêuticos, Refino de Petróleo, Alimentos e Bebidas, Equipamentos de Transporte, Automóveis, Medicamentos.	Automóveis, Celulares, Equipamentos de Matéria
INFRAESTRUTURA US\$ 9,21 bilhões	Serviços de uso público (água, saneamento, energia), Transportes de Cargas e Passageiros.	Concessionária de rodovias, Atividades Auxiliares de Transporte, Saneamento	Transporte Terrestre, Atividades Auxiliares de Transporte, Telecomunicações, Captação e tratamento de água.	Eletricidade, Telecomunicações, Saneamento, Transporte Terrestre, Captação de Água, Transporte de Passageiros.	Atividades de Transportes, Captação de Água, Serviços de Telecomunicações, Eletricidade, Saneamento, Transporte de Cargas e Passageiros, Distribuição de Energia
SERVIÇOS US\$ 8,10 bilhões	Comércio (Atacadista e Varejista), Restaurantes, Atividades imobiliárias, Hotéis, e muitos outros.	Serviços relacionados a P&D (maioria), Comércio Atacadista.	Comércio Varejista e Atacadista, Gestão e administração de propriedades imobiliárias, Aluguéis de Máquinas e equipamentos,	Atividades Imobiliárias, Alojamento e Alimentação, Comércio Varejista, Restaurantes.	Serviços de Educação, Varejista e Habitação, Restaurantes

Fonte: Dados da PIESP / SEADE. Elaboração própria.

Quadro 3 - Direcionamento dos Investimentos por Macro Setor: Grupo B (entre US\$ 500,0 e

MACRO SETOR	Santa Bárbara d'Oeste	Jaguariúna	Valinhos	Itatiba	
INDÚSTRIA US\$ 1,77 bilhão	Máquinas e Equipamentos, Têxtil, Fabricação de Máquinas - ferramentas, Peças e partes para veículos automotores, Motores e turbinas.	Máquinas e Equipamentos, Eletrônicos, Automotivo, Alimentos e Bebidas,	Papel e celulose, Automotiva, Produtos químicos, Produtos farmacêuticos, Alimentos e Bebidas, Máquinas e equipamentos, Fabricação de Aditivos de Uso Industrial, Motores, Geradores.	Produtos Químicos, Borracha, Têxtil, Máquinas e Equipamentos, Fabricação de resinas termoplásticas, Laminados de aço, Materiais elétricos.	Máq Cosm e Beb Quím meta plásti
INFRAESTRUTURA US\$ 1,04 bilhão	Telecomunicações, Transporte Terrestre e Atividades Auxiliares ao transporte.	Outros transportes terrestres, Eletricidade, Atividades aux. de transportes	Eletricidade, Captação e tratamento de água e Transporte Terrestre, Concessão Rodoviária.	Captação e tratamento de água e esgoto, Geração de energia e Concessão Rodoviária.	Conce Telec Ativida de Tr
SERVIÇOS US\$ 913,04 milhões	Comércio Varejista e Atacadistas, Serviços de Gestão Imobiliária, Serviços de educação.	Agricultura, Pecuária e Serviços relacionados (Expansão da produção de avestruzes), Comércio Varejista, Atividades imobiliárias, Restaurantes.	Serviços de Educação, Alojamento e Alimentação.	Serviços de Saúde, Educação, Comércio Varejista e Atacadista, Atividades Recreativas,	Parqu Comé Ativida Imob Aloja Alime

Fonte: Dados da PIESP / SEADE. Elaboração própria.

Quadro 4 - Direcionamento dos Investimentos por Macro Setor: Grupo C (entre US\$ 124,0

MACRO SETOR	Cosmópolis	Monte I
INDÚSTRIA US\$ 131,16 milhões	Fabricação de tecidos e adubos, Refino de Petróleo, Têxtil, Produtos Farmacêuticos	Papel e Celulose, Minerais não Metal, Fabricação de Adubos
INFRAESTRUTURA US\$ 76,72 milhões	Concessão de Transporte terrestre, Telecomunicações, Transporte terrestre e Eletricidade.	Saneamento, Concessão rodovias
SERVIÇOS US\$ 67,48 milhões	Comércio Varejista, Intermediação Financeira, Serviços de P&D, Criação de avestruzes (Sob CNAE "Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados").	Comércio Varejista, Serviços Hospitalares e de Educação.

Fonte: Dados da PIESP / SEADE. Elaboração própria.

Quadro 5 - Direcionamento dos Investimentos por Macro Setor: Grupo D (abaixo de US\$

MACRO SETOR	Artur Nogueira	Santo Antônio de Posse	Engenheiro Coelho	Holambra	
INDÚSTRIA US\$ 83,90 milhões	Móveis, Máquinas e Equipamentos.	Fabricação de Defensivos Agrícolas, Componentes Eletrônicos, Produção de Produtos Químicos.	Alimentos e Bebidas e Automotiva.	SI	Fab reve azul met mat Pro
INFRAESTRUTURA US\$ 49,08 milhões	Concessão de Rodovias e Serviços Relacionados.	SI	SI	SI	SI
SERVIÇOS US\$ 43,16 milhões	Serviços de Saúde, Sociais, Serviços ligados à Transporte, Atividade Imobiliária e Comércio Varejista.	Comércio Atacadista, Intermediação Financeira, Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados (Estação Experimental de Pesquisas sobre Sementes Híbridas).	SI	Agricultura, Pecuária e Serviços relacionados (Melhoramento, Testes e análises clínicas - laboratório de análise de sementes e centro de tecnologia)	Com Serv

Fonte: Dados da PIESP / SEADE. Elaboração própria. SI = sem informação sobre investimentos.



A análise do direcionamento dos investimentos anunciados e confirmados na RMC nesta seção mostra que a retomada dos investimentos que qualificam os requisitos econômicos e espaciais da segunda maior região industrializada do país, depois da RM São Paulo, ainda possui baixos investimentos em modernização e em P&D.

Vimos também que a ampliação dos investimentos no Macro Setor Serviços em todos os grupos acima citados, com destaque para os serviços de transporte terrestre e aéreo, eletricidade e comunicações, saneamento e concessionários privados em serviços de natureza pública (rodovias, telecomunicações etc.), fortaleceu as atividades terciárias do município-polo (Campinas) perante os demais.

Por fim, os serviços de comércio varejista e atacadista, atividades imobiliárias e serviços de saúde e educação e financeiros, bem como o aumento da participação privada no Macro Setor Infraestrutura, caracterizado pelo avanço da conectividade física da RMC, destacam-se também dentro do *Complexo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do processo de metropolização no interior do país tem a cidade de Campinas e sua região, situada no estado de São Paulo, como a, talvez, maior novidade da urbanização descentralizada pós-1990. Enquanto parte da literatura crítica especializada tratou da questão metropolitana por um ângulo preferencial, o da reprodução das desigualdades socioespaciais, aqui, buscamos discutir o papel da reestruturação espacial no processo de acumulação urbana, dando novo sentido à metrópole como complexo de interações territoriais e setoriais, fora dos espaços metropolitanos principais. Ou seja, ressaltamos a emergência de um processo de metropolização simultaneamente dinâmico e heterogêneo, diversificado e concentrado, avançado e centralizado em movimento.

Nesse contexto, ao tratamos de pensar a economia metropolitana de Campinas como uma *Complexo Territorial-Setorial* diversificado, produto da reestruturação espacial que avançou pós 2000, caminhamos no sentido de qualificar a problemática da metropolização contemporânea como um fenômeno econômico-espacial diferenciado, usando o caso de Campinas como seu conteúdo, até porque enquanto forma ele ainda não se reproduziu completamente. Cabe mencionar que Campinas carrega características muito próprias, as quais não podemos simplesmente abstrair, pois são seus elementos concretos que melhor traduzem essa “metropolização do interior”.

Cumpre-nos, nestas considerações finais, elencar os elementos marcantes desse processo de reestruturação, ainda que orientado pelo exemplo campineiro: em primeiro lugar, ele é mais espacial que produtivo, pois assenta-se fortemente na dinâmica urbana dessa economia metropolitana; em segundo lugar, seu modo de acumulação urbano é diversificado e concentrado, porque baseado na constituição de um complexo setorial (não exclusivamente industrial) territorialmente articulado em padrões de acesso e uso de solo abrangentes; e, em terceiro lugar, seu requisito principal é o caráter espacial especializado da infraestrutura, porque se constitui como um terciário hiperavançado e socialmente heterogêneo.



Dados tais elementos gerais, nossa hipótese foi de que o processo de reestruturação econômica da metrópole campineira foi espacialmente seletiva, por meio da alteração dos padrões de uso e ocupação do solo, modificando o sentido de sua acumulação urbana e gerando novos problemas socioespaciais. Discutimos a hipótese por intermédio de uma variável chave, a do investimento, dada sua possibilidade de objetivar a relação entre a dinâmica econômica e a produção do espaço. Vimos que a concentração (espacial) dos investimentos e centralização (econômica) dos mesmos na área *core* da região projeta a dispersão da indústria por 12 municípios e intensifica a dinâmica urbana por meio do Macro Setor Serviços, dando novo sentido ao desenvolvimento metropolitano.

Na região de Campinas é possível projetar três vetores problemáticos de dinamização metropolitana: (i) o avanço de um padrão espacial mais intensivo de valorização da terra e mais extensivo e precário em termos da inserção social através do emprego; (ii) o reforço de uma dinâmica mais seletiva em termos de atividades terciárias avançadas naqueles municípios que detenham melhores condições logísticas de infraestrutura; e (iii) a modificação da posição (*status*) dos segmentos vinculados à propriedade do solo e à valorização do preço da terra (rural e urbana), fazendo com que uma parte dos municípios, inclusive a área *core*, dependa cada vez mais da geração desse tipo renda, para enfrentar um ciclo longo e agudo de escassez nas finanças públicas.

Na prática, isto significa que houve uma refuncionalização do uso e ocupação do solo em áreas rurais para uso urbano, continuidade da descentralização da indústria, mas com descontinuidades importantes no tecido industrial da região e espalhamento das heterogeneidades sociais do terciário, associado às perdas e ganhos de empregos formais nos diferentes municípios. Entretanto, o que foi possível perceber com maior clareza é que a dinâmica regional está cada vez mais determinada por atividades tipicamente urbanas, nas quais a primazia dos centros urbanos com maior diversificação na oferta de comércio e de serviços se tornou central.

Para concluir, resta-nos dizer que somente uma agenda de pesquisas poderá especificar aqueles três vetores problemáticos de dinamização metropolitana na região de Campinas. É preciso ainda considerar o papel de sua indústria atualmente, pois o avanço de seu processo de metropolização depende de como a região responderá ao desafio da reindustrialização, dado que o cenário é francamente desfavorável nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

CAMPOLINA DINIZ, Clélio et al. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, v. 3, n. 1, 35-64, 1993.

- CAMPOLINA DINIZ, Clélio. Impactos territoriais da reestruturação produtiva. (21-61). In: QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de (Org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: FASE, 2000.
- CAMPOLINA DINIZ, Clélio; CAMPOLINA, Bernardo. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. *EURE (Santiago)*, v. 33, n. 98, 27-43, 2007.
- CANO, Wilson e BRANDÃO, Carlos Antônio (Org.). *A região metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. 2 volumes. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2002.
- CANO, Wilson e FERNANDES, Ana Cristina. O movimento do pêndulo: justiça social e escalas espaciais no capitalismo contemporâneo. (287-325). In: CANO, Wilson. *Ensaio sobre a crise urbana do Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011.
- CANO, Wilson et al. (Org.). *Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas, SP: Alínea, 2007.
- CANO, Wilson. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.13, n.2, 27-53, 2011.
- CASTRO, Henrique Rezende de e SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos. A expansão da macrometrópole e a criação de novas RMs: um novo rumo para a metropolização institucional no estado de São Paulo? *Cadernos Metrôpole*, v. 19, n. 40, 703-720, 2017.
- EMPLASA. *Macrometrópole Paulista (MMP)* [internet]. São Paulo: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A; 2018 [Acesso em 22 de setembro de 2018]. Disponível em:.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Pesquisa dos Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (PIESP)* [internet]. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados; 2018 [Acesso em 12 de outubro de 2018]. Disponível em:.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Regiões de influência das cidades: 2007*. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.
- LENCIONI, Sandra. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, n. 120, 133-148, 2012.
- MIRANDA, Humberto. Problemática urbana brasileira: um balanço de 60 anos. *Revista Política Social e Desenvolvimento*, Ano I, n.1, 4-15, 2013.



NEGREIROS, Rovená et al. Nova escala de planejamento, investimento e governança: na macrometrópole paulista. *Revista Iberoamericana de Urbanismo*, n. 12, 121-135, 2015.

NEGRI, Barjas e PACHECO, Carlos Américo. Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. *Espaço & Debates*, Ano XIV, n.38, 62-82, 1994.

PACHECO, Carlos Américo. *Fragmentação da nação*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de . Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. (63-98). In: QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de (Org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: FASE, 2000.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de; GOMES RIBEIRO, Marcelo. Metropolização e as estruturas produtivas: convergências e divergências espaço-temporais. *Cadernos Metrópole*, v. 12, n. 24, 331-347, 2010.

SZMRECSÁNYI, Maria Irene de Q.F. A macrometrópole paulistana: 1950-2004. (116-143). In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). *História econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Globo, 2004.